

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 113.370 - RS (2019/0151427-0)

RELATOR : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**
RECORRENTE : LUIZ EDUARDO PERES ALVES (PRESO)
ADVOGADOS : RAFAEL RAPHAELLI - DEFENSOR PÚBLICO - RS032676
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO
SUL
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO
SUL

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus* com pedido liminar interposto por LUIS EDUARDO PERES ALVES contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul. (HC n. 0050700-09.2019.8.21.7000)

Segundo consta dos autos, o recorrente foi preso em flagrante, sendo a custódia convertida em prisão preventiva, em 3/8/2018, pela suposta prática do crime de roubo majorado. Irresignada com a prisão preventiva, a defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal estadual. A ordem, contudo, foi denegada, recebendo o acórdão a seguinte ementa (e-STJ fl. 93):

HABEAS CORPUS. CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO. ROUBO SIMPLES TENTADO. PERIGO DA LIBERDADE DEMONSTRADO. EXCESSO DE PRAZO. NÃO OCORRÊNCIA.

1. *Paciente preso pela suposta prática do delito de roubo simples na forma tentada, já ostentando condenações definitivas e respondendo a outras ações penais por crime de igual natureza.*

2. *Os incidentes que levaram à dilação dos prazos não permitem, por ora, a caracterização de violação substancial à razoabilidade na contagem cronológica da marcha processual, máxime diante da condição do paciente.*

ORDEM DENEGADA.

Na presente oportunidade, a defesa alega, em síntese, excesso de prazo para a formação da culpa do recorrente, tendo em vista que *o acusado está encarcerado preventivamente já faz mais de nove meses e a instrução*

ainda não findou (e-STJ fl. 119). Nesse sentido, argumenta que *não há razoabilidade que justifique a prisão por tanto tempo, sendo que nem mesmo o findar da instrução apaga a mácula do excesso de prazo* (e-STJ fl. 127).

Diante do exposto, requer, liminarmente e no mérito, a revogação da prisão preventiva.

O Ministério Público Federal manifestou-se desprovimento do recurso ordinário, recebendo o parecer a seguinte ementa (e-STJ fl. 155):

PENAL. RECURSO EM HABEAS CORPUS. CRIME DE ROUBO. EXCESSO DE PRAZO NA FORMAÇÃO DA CULPA. INOCORRÊNCIA. TRÂMITE REGULAR. AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO DESIGNADA PARA O INÍCIO DE JUNHO DE 2019. AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. PARECER PELO DESPROVIMENTO DO RECURSO

É o relatório. Decido.

Busca-se, em síntese, no presente recurso, a revogação da prisão preventiva do recorrente, denunciado por roubo majorado, sob a alegação de excesso de prazo na formação da culpa e da ausência de indícios suficientes de autoria.

A Constituição Federal, no art. 5º, inciso LXXVIII, prescreve: "*a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação*". No entanto, essa garantia deve ser compatibilizada com outras de igual estatura constitucional, como o devido processo legal, a ampla defesa e o contraditório que, da mesma forma, precisam ser asseguradas às partes no curso do processo.

Assim, eventual constrangimento ilegal por excesso de prazo não resulta de um critério aritmético, mas de uma aferição realizada pelo julgador, à luz dos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, levando em conta as peculiaridades do caso concreto, de modo a evitar retardo abusivo e

injustificado na prestação jurisdicional.

Nesse sentido:

[...]. O excesso de prazo desproporcional, desmotivado e irrazoável para a conclusão do feito, mormente em se tratando de réu preso, não pode, em qualquer hipótese, ser tolerado. (HC n. 134.312/CE, Relatora Ministra LAURITA VAZ, Quinta Turma, julgado em 22/6/2010, DJe 2/8/2010).

No caso, o Tribunal impetrado afastou a configuração de excesso de prazo na instrução, aduzindo o seguinte (e-STJ fls. 99/100):

(...)

Malgrado seja forçoso reconhecer o caráter relativamente serôdio do findar da instrução, não se vê, ainda, atraso injustificável que autorize a revogação da custódia.

O crime apurado é grave e já por duas vezes o juízo intentou a realização da solenidade, não se estando diante de falta de atitude na condução do cursivo, apenas de manifesto descaso da autoridade de custódia.

Afora essa circunstância, a prisão foi decretada em agosto de 2018, estando-se diante de custódia que se estende, pois, por cerca de 09 meses, que não chega, concretamente, a caracterizar violação substancial à razoabilidade na contagem cronológica da marcha processual, máxime diante da condição do paciente.

A realçar, no ponto, que o preso ostenta a condição de reincidente, já tendo sofrido condenação pelo mesmo crime de roubo tentado, transitada em julgado. Há, ademais, uma segunda condenação, também definitiva, pelo crime de tráfico de drogas, com pena imposta de 06 anos, e pelo menos outros dois processos em andamento, um deles por porte ilegal de arma e outro por um terceiro roubo.

(...)

Destarte, o Tribunal entendeu que a ação penal tramita dentro do princípio da razoabilidade, notadamente quando se observa tratar de recorrente reincidente específico no delito de roubo, além de possuir condenação definitiva por tráfico de drogas e da existência de outros dois

processos em andamento, por porte ilegal de arma e roubo. Destarte, os referidos fatos acarretam na maior elasticidade prazal em relação ao encerramento da persecução penal, não se verificando evento relevante atribuído ao Poder Judiciário que possa caracterizar constrangimento ilegal e justificar o relaxamento da prisão.

Ademais, conforme se verifica do andamento processual, a audiência de instrução e julgamento está marcada para a presente data de 5/6/2019, a indicar a iminência do encerramento da instrução processual.

Igual conclusão, colhe-se do parecer ministerial (e-STJ fls. 531/532):

(...)

Não obstante a legislação processual penal fixar prazos para a formação da culpa no caso de réu sob custódia cautelar, consolidou-se orientação segundo a qual, em determinadas circunstâncias, não configura injusto constrangimento a transposição de tais lapsos, tendo em vista as peculiaridades do caso concreto e a preservação da incolumidade social.

Isso porque o prazo para a instrução não deve cingir-se a um simples cálculo aritmético, com extremo rigor, resultando na soltura daqueles que devem permanecer presos. Como sabido, deve-se atender a um critério de razoabilidade, ponderando-se as peculiaridades de cada região do país e de cada processo criminal, evitando-se, destarte, o mero somatório de dias.

No caso vertente, não se pode, até agora, atribuir ao Poder Judiciário ou ao Parquet responsabilidade por eventual atraso no trâmite processual, pois se constata que o feito apresenta trâmite regular, não existindo demora desarrazoada ocasionada injustificadamente pelo Juízo de primeiro grau. Ao contrário, há um prolongamento natural de uma ação penal cujas peculiaridades do caso, o procedimento previsto, bem como o uso legítimo dos meios defensivos não poderiam, via de regra, ensejar duração muito aquém do que ora se verifica.

Conforme se verifica do andamento processual no endereço eletrônico do TJ/RS, o feito teve um andamento regular e, atualmente, já houve a designação da audiência de instrução e julgamento para o dia 5 de junho de 2019 às 17h30 (documento anexo).

(...)

É nesse sentido o posicionamento desta Corte:

PROCESSUAL PENAL. RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. ROUBO MAJORADO. AUSÊNCIA DOS REQUISITOS ENSEJADORES DA PRISÃO PREVENTIVA. PRISÃO DOMICILIAR. MATÉRIAS NÃO ANALISADA NA ORIGEM. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. ALEGAÇÃO DO EXCESSO DE PRAZO PARA O FIM DA INSTRUÇÃO CRIMINAL. COMPLEXIDADE DO FEITO. PLURALIDADE DE RÉUS. RECURSO ORDINÁRIO DESPROVIDO.

I - A segregação cautelar deve ser considerada exceção, já que tal medida constritiva só se justifica caso demonstrada sua real indispensabilidade para assegurar a ordem pública, a instrução criminal ou a aplicação da lei penal, ex vi do artigo 312 do Código de Processo Penal.

II - Verifica-se que o v. acórdão objurgado sequer apreciou as teses de ausência dos requisitos ensejadores da prisão preventiva e da fragilidade da saúde do recorrente, ficando, pois, impedida esta Corte de proceder a análise destas, sob pena de indevida supressão de instância.

III - O prazo para a conclusão e julgamento do feito não tem as características de fatalidade e de improrrogabilidade, fazendo-se imprescindível raciocinar com o juízo de razoabilidade para definir o excesso de prazo, não se ponderando a mera soma aritmética dos prazos processuais para a aferição do eventual excesso (precedentes).

IV - Na hipótese, considerando as peculiaridades do caso concreto, tendo em vista que trata-se de ação referente à prática de crimes de roubo majorado contra duas vítimas envolvendo três réus, dois dos quais foram apenas recentemente identificados, dando azo ao aditamento da denúncia, não se reconhece o constrangimento ilegal suscitado.

V - Não há que se falar em possibilidade de aplicação de medidas cautelares diversas da prisão se há nos autos elementos hábeis a justificar a imposição da segregação cautelar, como na hipótese.

Recurso ordinário desprovido. Expeça-se, contudo, recomendação ao eg. Tribunal a quo para que imprima a maior celeridade possível no julgamento do feito.

(RHC 102.126/MS, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 25/09/2018, DJe 03/10/2018)

HABEAS CORPUS. IMPETRAÇÃO ORIGINÁRIA. SUBSTITUIÇÃO AO RECURSO ORDINÁRIO. IMPOSSIBILIDADE. TENTATIVA DE ROUBO MAJORADO. EXCESSO DE PRAZO NA FORMAÇÃO DA CULPA. DELONGA NÃO CONFIGURADA. PARTICULARIDADES DA CAUSA. AUSÊNCIA DE DESÍDIA DA AUTORIDADE JUDICIÁRIA. OBSERVÂNCIA AO PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE. DESPROPORCIONALIDADE DA MEDIDA CONSTRITIVA. INVIABILIDADE DE EXAME NA VIA ELEITA. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. WRIT NÃO CONHECIDO.

1. O Supremo Tribunal Federal não mais admite o manejo do habeas corpus originário em substituição ao recurso ordinário cabível, por malferimento ao sistema recursal, entendimento que acolhido pelo Superior Tribunal de Justiça, ressalvados os casos de flagrante ilegalidade, quando a ordem poderá ser concedida de ofício.

2. A jurisprudência desta Corte Superior é pacífica no sentido de que os prazos indicados na legislação pátria para a finalização dos atos processuais servem apenas como parâmetro geral, não se podendo deduzir o seu excesso tão somente pela soma aritmética, admitindo-se, em homenagem ao princípio da razoabilidade, certa variação, de acordo com as peculiaridades de cada processo, devendo o constrangimento ser reconhecido como ilegal somente quando o retardo ou a delonga sejam injustificados e possam ser atribuídos ao Judiciário.

3. Na hipótese, observa-se que o inquérito foi instaurado em 19/7/2018, data do flagrante, tendo a preventiva sido decretada na mesma ocasião. A denúncia, oferecida em 6/8/2018, foi recebida em 11/8/2018. Das informações extraídas do sítio eletrônico da Corte de origem, verificou-se também que a autoridade judicial decretou a prisão preventiva do corréu, em 22/11/2018, sendo necessária a expedição de várias cartas precatórias. 4. Além do mais, foram prestadas informações aos Tribunais superiores em pelo menos três oportunidades (22/11/2018, 2/1/2019 e 8/2/2019) e analisados pedido de revogação da prisão em 9/1/2019, restando a audiência de instrução e julgamento designada para 25/3/2019, tudo a indicar a proximidade da conclusão do feito.

5. Assim, forçoso reconhecer que o conjunto dos atos praticados denotam a regular tramitação do feito, não havendo notícias recentes de que esteja ocorrendo morosidade ou retardo excessivo na implementação das fases processuais, tampouco desídia ou inércia na prestação jurisdicional.

6. Não há como, em sede de habeas corpus, concluir que o

agente será beneficiado com regime diverso do fechado ou com a substituição da reprimenda corporal por restritivas de direito.

7. Condições pessoais favoráveis não têm o condão de, isoladamente, revogar a prisão cautelar, se há nos autos elementos suficientes a demonstrar a sua necessidade, consoante ocorre in casu.

8. Habeas corpus não conhecido.

(HC 488.166/SP, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 19/03/2019, DJe 28/03/2019)

Diante disso, **nego provimento** ao presente recurso ordinário em *habeas corpus*.

Publique-se.

Brasília (DF), 12 de junho de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator